

PERTENCIMENTO IDENTITÁRIO: AS RELAÇÕES EM TORNO DO PATRIMÔNIO BATE FOLHA

Carla Maria Ferreira Nogueira¹

Resumo: Como resultado de pesquisa em fase de conclusão, o presente artigo trata das dinâmicas em torno do Terreiro Bate Folha. Sua história, territorialidade, vivências e narrativas em torno da representatividade do espaço religioso e da matriarca Nengua Guanguacesse compõem o escopo do processo de vivência, observação e participação nas relações construídas no e para o Bate Folha. Discorrer sobre o Manso Banduquenqué (nome em quimbundo do terreiro) inseri o trabalho nos estudos acerca do candomblé da Bahia, no entanto, envolve história oral, pesquisa qualitativa, análise de conteúdo e biografia. Possibilidades exploradas pela interdisciplinaridade no acionamento e diálogo de diferentes áreas, as quais responderam e mostraram caminhos a serem seguidos na manipulação de arquivos fotográficos, documentos, bibliográficos, entrevistas e audiovisual. Então, nesse compilado de correspondências analíticas, traz para a cena de discussão o pertencimento identitário, ao observar as relações em torno do patrimônio Bate Folha e suas contribuições para pensarmos políticas públicas em torno dos bens e referências negroafricanas no Brasil.

Palavras-chave: Bate Folha, Pertencimento, Patrimônio.

Pensar a cultura como tudo o que as pessoas fazem para construir sua existência, tanto em termos materiais como espirituais, envolvendo aspectos físicos e simbólicos é considerá-la como patrimônio importante de um povo, porque resulta dos conhecimentos compartilhados entre as pessoas de um lugar que vai sendo recriada ou em muitos aspectos esquecida e reformulada.

O conceito de cultura é muito discutido e vem sendo abordado em diferentes áreas do conhecimento e de variadas formas. É a cultura que diz em que acreditar, influencia os modos de ser e de estar no mundo; de agir, sentir e se relacionar com o natural e o social. No Brasil, há uma diversidade cultural significativa em que todas as manifestações devem ser valorizadas, perspectiva que permite observar a força das culturas afro-brasileiras, indígenas, sertanejas, rurais, tradicionais, urbanas, entre outras, em todos os momentos do cotidiano. Nos modos diversos de falar, andar, comer, orar, celebrar, trabalhar e brincar estão inscritas marcas diferenciais e de agregação.

¹ Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade (PÓS-CULTURA/UFBA). E-mail: carlmarianogueira@gmail.com.

Há um traço de destaque aportados na dimensão do sagrado, de celebração, respeito à vida e à morte, estabelecendo uma relação ética com a natureza, pela forma de se expressar e ver o mundo característico da herança negroafricana no Brasil, preservada e compartilhada pelo candomblé. As comunidades de terreiro e/ou componentes sociais desenvolvem práticas de manutenção do sentimento de pertença, de orgulho de suas origens na formação de laços identitários de seus membros, que por extensão influencia o seu entorno, tornando essas instituições agentes socioparticipativos das comunidades que coexistem. O candomblé, desde o início da história da construção identitária brasileira, constituiu-se em um dos principais componentes na preservação e difusão das culturas africanas no Brasil, muito embora, com adaptações impostas pelo contexto

De acordo com Roy Wagner "A produtividade ou criatividade de nossa cultura é definida pela aplicação, manipulação, reatualização ou extensão dessas técnicas e descobertas. Qualquer tipo de trabalho, seja ele inovador ou simplesmente "produtivo", como se diz, adquire sentido em relação a essa soma cultural que constitui seu contexto de significação" (p.56). Por constituir o contexto de significação aqui escolhido, a cultura por contribuição dos negros na construção da sociedade brasileira é abordada a partir das configurações do modo de viver com enfoque no candomblé. A participação dos povos africanos, nos mais diversos grupos étnicos, para a formação brasileira foi primordial tanto na composição física da população quanto na conformação do que viria a ser as várias dimensões de vida. Da culinária, língua, música, religião, estética, valores sociais e estruturas mentais, que também há incorporações indígenas e europeias, assim, como é possível dizer que esse grande intercâmbio cultural nos formatou enquanto sujeitos herdeiros da diáspora e em constante busca pela compreensão pela diversidade aqui existente. Pontuar essa formatação da sociedade brasileira é o elemento basilar para estabelecer qualquer reflexão acerca dos patrimônios culturais do país. Responde também a uma série de questões acerca da validade de pesquisarmos, pensarmos e problematizarmos assuntos como cultura e identidade, principalmente, voltados para o contexto brasileiro e latino-americano.

A resposta a essa questão nos coloca, primeiramente, diante da importância de constituir outro olhar sobre a história da humanidade e a história do Brasil. Esse novo

olhar sobre a trajetória das sociedades humanas deve buscar uma perspectiva que não seja eurocêntrica e a inclusão de novos espaços e sujeitos no mapa da história. Reconhecer a presença africana amplia a nossa concepção de mundo e permite perceber aspectos das relações entre povos e regiões do planeta ao longo do tempo. Tal aprendizado ilumina nosso entendimento sobre processos históricos e dinâmicas sociais que a negação da história nos levou a não perceber e, por consequência, interpretar de forma equivocada.

Tudo isso faz do conceito de identidade um dos mais importantes para pensar e analisar os fenômenos socioculturais da contemporaneidade. E de igual modo também há necessidade de uma constante interpretações desse fenômeno. Professor Milton Moura, em *Identidades*, aponta exatamente para o crescente interesse pelo tema da identidade, tanto na academia quanto no âmbito na mídia e incluo nos demais segmentos da sociedade. Aponta para a importante participação de intelectuais e pensadores que, embora residindo e pesquisando na parte central do mundo, estão voltados para o sul. Dentre eles, Stuart Hall, Homi Bhabha, também trago, Edward Said, Kabengele Munanga assim como tantos outros. Teorias que divergindo das epistemologias hegemônicas da construção do pensamento “instalaram a problemática da identidade de maneira performática. E é significativo que a busca de um perfil próprio como pesquisadores esteja conectada à própria busca, naqueles países, de políticas públicas de inserção dos imigrantes e seus descendentes, em termos de trabalho, educação, cultura e saúde” (MOURA, 2005, p. 78).

À primeira vista a principal questão que se coloca à da identidade cultural é a sua própria conceituação. Partindo do pressuposto que no mundo moderno e contemporâneo a construção das identidades se desenvolve em contextos de relações de poder e, para compreender tal construção, devemos levar em consideração os processos de construção, observa-se que o sentimento de pertencimento a um povo, a uma cultura, nacionalidade, região, religião, grupo, segundo Stuart Hall se faz, indubitavelmente, na relação com o outro. Segundo Stuart Hall (1997), Kethryn Woodward (2000) e Tomaz Tadeu da Silva (2000) a identidade cultural não é autorreferencial como se pensava, ela é, pelo contrário, relacional. Nasce e se desenvolve na perspectiva da ideia de alteridade, na interação social.

A identidade é, antes de tudo, resultado de um processo histórico-cultural. Nascemos com uma definição biológica, ou seja, homens ou mulheres. Ou nascemos com uma definição racial: brancos ou negros. E sobre essas definições sexuais e raciais, se construirá uma identidade social para esses diferentes indivíduos, homens, mulheres, brancos e negros. E essa identidade social será construída a partir de elementos históricos, culturais, religiosos e psicológicos. Isso tudo não seria problema se a diferença não fosse tida e vivida como inferioridade na cultura ocidental, o que implica em dizer que a identidade é também algo que se constrói em oposição a alguma coisa, pressupondo, portanto, o outro. Nesse sentido, a identidade de gênero se posicionará na sua diferenciação.

Reforçando o seu entendimento em torno da identidade, Stuart Hall (1997) amplia a compreensão de hibridismo, sinalizando que as identidades culturais são movidas por mudanças, encontros e desencontros. Declara que não é possível afirmar que temos uma “identidade”, mas que somos compostos por uma identificação, passível de mudança e transformação. Mais do que falar em identidade, Stuart Hall sugere uma nova maneira de discutirmos a temática, percebendo que toda identidade pode ser redirecionada, indicando a possibilidade de utilizarmos o termo identificação ou a expressão processo identitário para compreender de maneira mais significativa as representações que formam (e transformam) as culturas, os sujeitos e os espaços.

Deste modo as construções simbólicas decorrentes das relações estabelecidas no cotidiano dos fazeres e saberes dos terreiros de candomblé, especificamente, nesse caso, Terreiro Bate Folha, passando pela proximidade, convivência e aprendizados com as mais velhas e mais velhos são continuidades de experiências vividas em simbiose à fé nos Nkisis². Assim, no período do centenário do Terreiro Bate Folha, em 2016, como projeto para o próprio evento quanto para a montagem da tese de levantamento acerca da história, das práticas comunitárias e das relações que emergem do espaço sagrado de um terreiro de candomblé, filhos e filhas da Casa relataram o sentimento de fazer parte desse ambiente coletivo que circunscreve compartilhamentos, aprendizados e interação religiosa.

² Divindades do candomblé Congo-Angola. Mikisi, plural de Nkisi, no entanto, uso a forma falada no Bate Folha.

Motivação revelada pelo desejo de rememorar episódios e contar as próprias experiências, foram registradas narrativas vivenciadas ao longo desses cem anos de existência do Terreiro Bate Folha. Memória, lembranças, acontecimentos, fatos do antigamente e recordações revividas, ligaram passado e presente, reuniram contações individuais e coletivas em torno dessa importante celebração, que por meio do olhar endógeno e do exercício de pensar a realidade, com ênfase em estudos voltados para o tema da memória, oralidade e suas diferentes formas de registro, remontam importantes elos de pertencimento.

Para tanto, as narrativas trouxeram percepções acerca de mudanças na paisagem urbana da cidade do Salvador, relações estabelecidas entre outros terreiros, a luta de preservação ambiental nos locais onde estão inseridos, o enfrentamento ao racismo e intolerância religiosa, dentre outros. “A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos” (THOMPSON, 1992, p. 17).

Coletividade expressa por meio da fala, quando suscita e reconhece práticas culturais e religiosas afro-brasileiras a partir de epistemologias africanas recriadas na diáspora, inclusive, na manutenção de uma África mítica, explicada, recontada e fortalecida pela cosmovisão que contempla a interação entre o mundo visível e o invisível, reconhecendo o seu valor no campo do pensamento, e com isto, admitir sua contribuição para a compreensão da vida. Principalmente, por termos herdado das sociedades africanas na África subsaariana a intensa vinculação com a palavra. Tradição negroafricana que se baseia na expressão falada e mesmo com a existência da escrita, a oralidade continua a ser parte integrante das comunidades e indivíduos, sendo constitutiva da própria identidade individual e coletiva. É elemento chave de preservação das tradições e da sabedoria transmitida pelos antepassados de geração em geração ao longo dos séculos. Professora Yeda Pessoa de Castro, em *Falares Africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro* define que seu estudo etnolinguístico é baseado “[...] no uso cotidiano dos seguidores dos candomblés, com sua língua cerimonial e verbalização nos casos de transe e possessão” (CASTRO, 2001, p. 15). Outro elemento que professora Yeda não nos deixa perder de vista no processo de diversidade linguística importada para o português do Brasil é a própria

história dos antigos falantes e das relações com a oralidade, própria de grande parte do continente africano.

Nesse aspecto, as comunidades de terreiro se organizam em torno de valores de convivência humana, possibilitando, assim, um contínuo construído em territórios próprios caracterizados pela vivência comunitária. Princípios de convivência presentes na ativa participação dos mais velhos e mais velhas nas tomadas de decisão e manutenção dos saberes que estruturam hierarquias em torno da relação com o sobrenatural, de vibração, de entrega aos Nkisis e aos componentes simbólicos que fundamentam as práticas tradicionais. Paradigma de circularidade que pressupõe certa horizontalidade entre os indivíduos no processo de troca de conhecimentos que organiza a própria cosmovisão na complexidade integrativa do passado e presente, profano e sagrado e da relação com o meio ambiente, como bem assinala professora Márcia Sant’anna, quando discorre sobre a importância dos terreiros e estes como “lugares privilegiados de transmissão de conhecimentos tradicionais religiosos e medicinais, de produção cultural, de preservação de memórias ancestrais e [...] de preservação das línguas africanas que já não têm uso cotidiano” (SANT’ANNA, 2012, p. 28).

Por pertencimento e preservação em torno do patrimônio Terreiro Bate Folha, compreende as vinculações, vivências, sentimentos e construções de simbologia identitária que reforça o pertencer, estar contido, fazer parte e essa inserção movimenta toda uma dinâmica de vida, inclusive familiar. No Atlântico Negro as definições de cultura sempre estiveram afastadas do singular. As estruturas transnacionais criadas na modernidade, que se desenvolve dando origem a um sistema de comunicações globais, marcado por trocas e fluxos culturais, possibilitaram às populações negras, principalmente durante a diáspora africana, (re)estabelecerem correspondências de traços culturais com o continente africano.

É um significativo legado religioso, cultural, político, social e histórico, a resistência, luta e força diante das adversidades. Nessa perspectiva não se pode deixar de lado, a forte presença feminina, pelo importante papel exercido pelas mulheres negras na manutenção, valorização e preservação do patrimônio negroafricano no Brasil. A desigualdade social e de gênero e tantos outros tipos de violência cujas bases

se percebem por diferentes motivações, a exemplo do racismo religioso atinge, quase exclusivamente, as liturgias e os praticantes de religiões afro-brasileiras.

Em torno da mobilização individual e coletiva de várias representações femininas negras que uma nova história é reescrita, principalmente quando contada a partir da perspectiva das contribuições efetivas para e na formatação da sociedade brasileira com trajetos e conquistas para o reconhecimento e combate às injustiças que ferem a liberdade de expressão, de convivência com a diversidade e possibilidade de escolha. Para o candomblé, a relevância das mães de santo ultrapassa a representatividade convencional de liderança. São verdadeiras provedoras que acolhem e sustentam comunidades inteiras, não só as de terreiro, como também dos entornos. Mobiliza ações, acolhe e cuida das pessoas em vários aspectos, desde a saúde física à espiritual pela intensa relação do Sagrado com a natureza e cosmo visão afro-brasileira. Em um dos seus textos sobre o candomblé da Bahia na década de 1930, Vivaldo Costa Lima destaca a importância das mães para o candomblé naquela época e já tece considerações acerca de suas lideranças. Em volta delas, movimenta-se a dinâmica de respeito, sobrevivência, convívio, troca de saberes e remontagem das malhas da história do povo negro.

Dentre outros aspectos, a pesquisadora Isabel Reis (2007) discorre que o conceito de família já não se refere apenas àquele legitimamente constituído, possibilitando a reconstrução de laços familiares, quando a noção ampliada de família é uma das heranças africanas que ainda persiste no presente das irmandades e comunidades tradicionais de terreiro por meio da constituição da família religiosa - filhos e filhas, mães e pais de santo. Nessa importante perspectiva de pensar vidas e caminhos que contribuem para o enfrentamento cotidiano da problemática racial, econômica e social nos territórios, a trajetória, o modo de existir ou a forma de entender e estar no mundo de Dona Olga Conceição Cruz, Nengua Guanguacesse, matriarca do centenário Terreiro Bate Folha, (re)elabora, por meio da experiência de mais de 70 anos à frente de um dos mais importantes terreiros de origem Conto-Angola a noção de família ampliada, o senso de cuidado mútuo e de preservação à vida, compreendida pela integração com o Sagrado que nos conecta ao propósito de salvaguarda do legado negro no Brasil.

De acordo com Paul Gilroy (2001), a metáfora do Atlântico Negro com seus fluxos, trocas e diálogos interculturais, bem como unidade de análise para o estudo das culturas afro-americanas alimenta sincronicamente a transformação cultural em todos os espaços conectados pela “rede atlântica”, (GILROY, 2001, p. 53). Perspectiva estabelecida por dois momentos históricos, o da partida de um continente e o da chegada em outro, onde a bagagem cultural foi preservada em maior ou menor grau, sendo as mesmas constantemente reinventadas nos novos fluxos, dinâmicas e contextos.

No processo de reinvenções e especificidades, desde o início do século XX, o Terreiro Bate Folha está inserido em muito desses contextos de atuação. De sua fundação, em 1916, até os dias atuais, tem sido elemento de permanência, de formação socioeducativa, agente social e de salvaguarda do patrimônio afro-religioso. Tem em seu fundador o Senhor Manoel Bernardino da Paixão, um homem que extrapolou a condição de sacerdote religioso, tornando-se uma figura de reconhecido valor, em um período da história dominado por mãos de santo, que viam homens no candomblé com desconfiança e afastamento. Trajetória cuidada no trabalho de pesquisa do professor Erivaldo Nunes (2017) cuja delimitação temporal compreende dois momentos específicos. O primeiro vai desde os anos iniciais de fundação do Terreiro Bate Folha, ocorrida em 1916, estendendo-se até 1946. Essa cronologia contempla o período de sacerdócio do pai de santo fundador do Terreiro, o Sr. Manoel Bernardino da Paixão. Procurou estender-se às fases que antecedem a fundação do Terreiro indo até o falecimento de Manoel Bernardino aos tempos de liderança do seu sucessor, Seu Antônio José da Silva.

Compreender alguns aspectos ligados aos contextos que envolvem as circunstâncias da abolição da escravidão e o pós-Abolição ajudam a levantar alguns nexos causais que tiveram repercussões nas fases de repressão policial aos Terreiros de Candomblés baianos, e que atingiram, sobretudo, as décadas de 1920 a 1950. O caso do Terreiro Bate Folha pode ser analisado como sendo um manancial de experiências de sujeitos que foram responsáveis pela luta de uma liberdade religiosa. Pode-se com isso, compreender de que modo às populações afrodescendentes lidaram com as expectativas criadas com o fim da escravidão (NUNES, 2017, p. 25-26).

À época, Seu Bernardino sofreu discriminação social pelo fato de ser pai de santo, algo mal visto na época pela sociedade, perseguições policiais, impetradas pelo então delegado de polícia Pedrito, lotado na Delegacia de Costumes de Salvador, para que não professasse sua fé e praticasse sua religião. No entanto, apesar dessas arbitrariedades e violências psíquicas, o prestígio e respeito o rendeu, na ocasião deu seu falecimento, o noticiário em jornais da época informando o acontecido e expressando pesar com o fechamento de lojas comerciais durante o cortejo fúnebre e participação social. O legado de Seu Bernardino, influenciou todas as gerações seguintes de sacerdotes, filhos e filhas de santo do Terreiro Bate Folha, fortalecendo o sentimento de pertença e de enraizamento à Casa de Mbamburucema Nvula³, dona do Manso Banduquenqué, a qual abriga e protege filhas e filhos.

O olhar para a multifacetada identidade social e cultural do Brasil passa, necessariamente, pelo pensamento sobre a intensa participação das diferentes expressões da religiosidade em sua composição e, nestas, o candomblé contribuiu para a educação, socialização e propagação de valores humanos fundamentais para o culto da ancestralidade e organização de redes de solidariedade e apoio.

Referências Bibliográficas

CASTRO, Yeda Pessoa de. *Falares Africanos na Bahia*: um vocabulário afro-brasileiro. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001, p. 25.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-asiáticos, 2001.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

_____; SILVA, Tomaz Tadeu; WOODWARD, Kethryn. *Identidade e diferença*. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

³ Nkisi reverenciada no Terreiro Bate Folha e responsável pela energia principal circundante no terreiro. Dona da Casa.

- MOURA, Milton. Identidades. In: RUBIM, Antônio Albino (org.): *Cultura e Atualidade*. Salvador: EDUFBA, 2005, p. 77-91.
- NUNES, Erivaldo Sales. Contribuição para a história do candomblé Congo-Angola na Bahia: O Terreiro de Bernardino do Bate Folha (1916-1946). Tese de doutorado. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2017.
- REIS, Isabel Cristina Ferreira. A família Negra no Tempo da Escravidão: Bahia 1850-1888. Tese de Doutorado. Unicamp, 2007.
- SANT'ANNA, Márcia. O tombamento de terreiros de candomblé no âmbito do IPHAN: critérios de seleção e de intervenção In: *Políticas de Acautelamento do IPHAN para Templos de Culto Afro-Brasileiros*. IPHAN: Salvador, 2012.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- WAGNER, Roy. A cultura como criatividade. In: *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2010, p. 49-72.